



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal DUARTE JR

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. DUARTE JR)

Requer informações ao Ministério da Previdência Social sobre as providências adotadas diante da fraude envolvendo o desvio de R\$ 6 bilhões de aposentados e pensionistas do INSS.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, inciso I, e 116, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Ministério da Previdência Social, por meio de suas respectivas Secretarias e Departamentos, informações detalhadas sobre a recente fraude que resultou no desvio de R\$ 6 bilhões de aposentados e pensionistas do INSS, conforme apuração conduzida pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

O episódio mencionado, que envolveu entidades que representavam aposentados e pensionistas e o uso de assinaturas falsas para descontar valores indevidos dos beneficiários, acarreta sérios danos aos cidadãos em situação de vulnerabilidade, além de comprometer a credibilidade da gestão pública. Nesse sentido, solicito que o Ministério da Previdência Social informe as seguintes questões:

1. **Quais as providências imediatas adotadas pelo Ministério da Previdência Social** para apurar a fraude e punir os responsáveis por esses desvios de recursos públicos e dos benefícios dos aposentados e pensionistas?
2. **Qual o plano do Ministério para garantir a restituição** dos valores subtraídos de forma indevida, especialmente considerando o impacto na vida de milhares de beneficiários do INSS?
3. **Quais as ações preventivas e corretivas** que o Ministério da Previdência Social está implementando para reforçar a fiscalização das





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal DUARTE JR

2

entidades representativas dos beneficiários e evitar a ocorrência de novas fraudes?

4. **Quais as medidas do Ministério da Previdência Social** para melhorar os controles internos e externos do INSS, especialmente no que diz respeito ao processo de concessão, revisão e fiscalização de benefícios?
5. **O Ministério da Previdência Social está tomando alguma ação junto ao Ministério da Justiça ou outras autoridades competentes** para apurar se houve envolvimento de servidores públicos ou outros agentes no processo de fraude?

Diante da relevância e da urgência do tema, espero que as informações solicitadas sejam fornecidas com a maior brevidade possível, a fim de garantir a transparência e a responsabilização pelos danos causados aos cidadãos.

JUSTIFICAÇÃO

A fraude que resultou no desvio indevido de R\$ 6 bilhões de aposentados e pensionistas do INSS, com a prática de descontos não autorizados por entidades representativas, é um dos maiores escândalos envolvendo o sistema previdenciário brasileiro nos últimos anos. Este crime não apenas violou os direitos fundamentais dos beneficiários, mas também abalou a confiança da população na integridade dos processos administrativos do Instituto Nacional do Seguro Social. Beneficiários, muitas delas em uma fase avançada da vida e em situação de vulnerabilidade foram alvo fácil de criminosos que se aproveitaram da fragilidade dos aposentados e pensionistas para subtrair parte de seus benefícios, comprometendo gravemente a sua qualidade de vida.

Em um momento onde a segurança e a transparência nos serviços públicos são mais do que necessárias, a descoberta de uma fraude dessa magnitude expõe a necessidade urgente de uma reavaliação das práticas e controles internos do INSS e das entidades que mantêm convênios

Apresentação: 25/04/2025 19:03:15.497 - Mesa

RIC n.1481/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal DUARTE JR

3

com o órgão. A falha na supervisão das associações e sindicatos, que fizeram os descontos de forma ilegal e sem o devido consentimento dos beneficiários, não só gerou um prejuízo financeiro bilionário, como também causou danos irreparáveis à dignidade das pessoas que, ao longo dos anos, confiaram no sistema de aposentadoria para garantir a sua estabilidade financeira.

Além disso, a mudança no processo de gestão dos descontos automáticos, com a suspensão imediata de convênios com as entidades da sociedade civil, é uma medida positiva e necessária para restaurar a confiança dos cidadãos no sistema previdenciário. Essa suspensão, somada à devolução dos valores descontados indevidamente, constitui uma tentativa legítima de corrigir os erros e minimizar o impacto sofrido pelos beneficiários. A garantia de que nenhum aposentado ou pensionista será mais descontado até que a Operação Sem Desconto seja concluída e um novo marco legal seja estabelecido para os convênios com entidades é um passo importante para assegurar que fraudes desse tipo não se repitam no futuro.

Diante disso, é imprescindível que as investigações prossigam com a máxima celeridade, com a responsabilização dos envolvidos e com a implementação de um novo sistema de controle e fiscalização para evitar que essa situação se repita. O sistema previdenciário precisa ser fortalecido e reformado, com maior vigilância sobre as entidades que atuam em parceria com o INSS, garantindo que os direitos dos aposentados e pensionistas sejam respeitados e que seus benefícios não sejam objeto de exploração indevida.

Portanto, a justificativa para este requerimento é clara: é necessário um posicionamento firme por parte das autoridades competentes, com ações efetivas para corrigir as falhas existentes, proteger os beneficiários do INSS e garantir que a previdência social no Brasil volte a ser uma fonte de segurança e confiança para todos os cidadãos. A população, especialmente os mais vulneráveis, merece ter seus direitos preservados e a transparência nas ações do INSS restaurada.

Apresentação: 25/04/2025 19:03:15.497 - Mesa

RIC n.1481/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal DUARTE JR

4

Sala da Sessão, em de de 2025.

Deputado DUARTE JR

(PSB/MA)

Apresentação: 25/04/2025 19:03:15.497 - Mesa

RIC n.1481/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251644210500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.

